| Aluno | Orientador | Tema | Resumo |
| --- | --- | --- | --- |
| Adriel Filipe Fernandes | Miguel Ângelo Ciavarelli Nogueira dos Santos | Delitos ambientais | A temática abordada objetiva tratar alguns dos Delitos Ambientais, que de forma irresponsável vem crescendo em todo o mundo e também em nosso País, as demandas de matérias primas, o desmatamento desenfreado e ilegal, tem causado grandes catástrofes ambientais, o desrespeito com a legislação vigente do País tem ocorrido de maneira absurda e desleal. |
| Adrieli Renata Violin | Eduardo Alberto Pinca | Sequestro e cárcere privado no Direito Penal Brasileiro | O presente trabalho tem como escopo estudar o crime de sequestro e cárcere privado no direito penal brasileiro, analisando suas classificações doutrinárias fundamentadas nas legislações que cercam o tema e com alguns destaques ao final para questões mais relevantes. |
| Agnaldo Benedito de Oliveira | Miguel Ângelo C. N dos Santos | Sistema Penitenciário Brasileiro: História e mudanças atuais | O trabalho de pesquisa e estudo ora apresentado, analisa as características do Sistema Penitenciário Brasileiro, inicialmente abordando a origem do sistema penitenciário, e, paralelamente com o estudo da evolução da pena. |
| Alex Fernandes Carriel | Cesar Mauricio Zanluchi | Salário-maternidade: Comprovação do exercício de atividade rural da segurada especial não contribuinte | O presente trabalho trata da exigência de comprovação do exercício de atividade rural para a segurada especial não contribuinte, quando requer o salário-maternidade. Situação fática que gera conflito de normas entre a disposição do art. 39, parágrafo único, da Lei 8.213/91 e do art. 93, parágrafo segundo, do Decreto 3.048/99. Trata-se do princípio da hierarquia das normas colidindo com o princípio da norma mais benéfica. |
| Alex Peguinelli Trevizo | José Renato Martins | Esquizofrenia jurídica (ou da impossibilidade de conceder direitos aos animais não-humanos enquanto visarmos interesses humanos) | Este trabalho, sob o enfoque dos Direitos Animais, busca tecer brevemente um panorama histórico legislativo acerca do tratamento dos animais não-humanos nas sociedades humanas ao longo dos tempos. Buscando, de acordo com a teoria abolicionista dos Direitos Animais, novas interpretações de leis já existentes, para que as mesmas sejam, enfim, capazes de proteger interesses dos animais não-humanos. Bem como, se alinhar com a parte da doutrina que vem propor um novo status jurídico para os animais não-humanos em nosso ordenamento. |
| Aline Lopes Schiavon | César Mauricio Zanluchi | Desaposentação | Este trabalho monográfico visa estudar a desaposentação, um tema novo que causa divergências em suas decisões. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou sobre o caso, entendendo pela sua procedência. Agora, cabe ao Supremo Tribunal Federal se manifestar. Os estudos iniciam com o surgimento da seguridade social, passando pelas formas como ela é custeada e ao final analisa-se a desaposentação tanto doutrinariamente como jurisprudencialmente. |
| Amanda Regina Viegas | Gustavo Henrique de Oliveira | Responsabilidade civil do empregador pelos atos praticados por seus empregados | A Responsabilidade Civil por ato de terceiro nasceu para reparar a vítima lesada por um indivíduo que não pode ser responsabilizado por isso, justamente por existir  outro que detém a responsabilidade jurídica dos seus atos. A Responsabilidade Civil do empregador pelos atos de seus empregados é uma espécie da responsabilidade  Civil por fato de terceiro, a qual também é pautada na teoria do risco. |
| Ana Carolina Monari Lozano | Everaldo Tadeu Q. Gonzales | Os regimes de bens no casamento | O presente trabalho faz uma análise sobre dos Regimes de Bens no Casamento, onde será examinado o histórico do casamento, características, natureza jurídica bem como as espécies de regimes de bens que podem ser adotados pelos cônjuges, onde o Código Civil estabeleceu quatro espécies de regimes de bens, onde os cônjuges tem a liberdade de escolher qual regime adotar. |
| Ana Lúcia Almeida da Costa | Miguel Angelo Ciavareli Nogueira dos Santos | Um estudo sobre o grau de miserabilidade exigido na aplicação dos preceitos contidos no Benefício de Assistência Social ao Idoso e ao Deficiente (LOAS) sob a égide da norma e da subjetividade do juiz | A situação dos idosos e deficientes no Brasil é significativamente complicada, diante de um cenário social que os enxerga como pessoas improdutivas e os relega à margem social. No caso daqueles que estão em extrema situação de pobreza o contexto toma contorno ainda mais sombrios, sendo certo que o Estado, para ampará-los, criou o Benefício de Prestação Continuada, ou seja, a concessão de um salário mínimo aos que comprovarem estarem naquela situação, mas para ter direito ao benefício os requerentes não podem apresentar renda familiar mensal per capta superior a ¼ do salário mínimo. Dessa forma, esta pesquisa se propôs a estudar esta questão específica e, para tanto, buscou estudar várias questões que envolvem o idoso, o deficiente físico, o INSS e o referido benefício. |
| Ana Paula Desuó Corrêa | Cristhiane Martins Schmidt | DNA: aspectos legais e biológicos | O presente trabalho consistiu em verificar a importância do DNA no âmbito jurídico quanto a sua utilização para provas, o reconhecimento da paternidade/maternidade, os requisitos para uma investigação de paternidade/maternidade post mortem, os passos da cadeia de custódia e cumprimento da mesma, quando da coleta de amostras em local de crime, para fins de identificação humana, entre outros. |
| Ana Paula Romano | Manuela Cibim Kallajuan Rabelo | Representação comercial: relação autônoma ou relação de emprego | Entre os contratos de representação comercial e o de trabalho existem diversos pontos de consonância, o que gera dúvidas sobre da natureza jurídica da relação analisada. Pessoalidade, remuneração e continuidade são elementos existentes em ambos os casos. Esse será o objetivo deste trabalho: mostrar os pontos de convergência e divergência entre ambos os contratos. |
| Ana Rosa Siviero Goularte | Thiago Chohfi | O processo judicial eletrônico e suas inovações na Justiça do Trabalho: o caso do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. | A presente pesquisa remete ao estudo do processo judicial eletrônico na seara do direito, com ênfase no TRT 15, sua implantação e alterações práticas trazidas pela Lei 11.419/2006 e pela Resolução 136/2014 na seara do direito do trabalho. |
| André Luiz Gonçalves | Gentil Borges Neto | A exoneração do fiador no contrato de locação urbana imobiliária | O presente trabalho foi elaborado no viés de se chegar à conclusão, de que norma aplicar, quando o fiador se encontrar como tal, vinculado a um contrato de locação imobiliária sem prazo previamente estabelecido. Aplicar-se-á o artigo 835 do CC/2002, o artigo 39 ou o inciso X do artigo 40 da Lei 8.245/91?  Após discorrer sobre vários pontos importantes, relativos ao Tema, conclui-se pela aplicação dos ditames do artigo 40 em seu inciso X da Lei 8.245/91. |
| André Temple Delgado da Silva | Benjamim Garcia de Matos | Contratos eletrônicos e aplicação do ordenamento jurídico brasileiro | O trabalho, inicialmente, apresenta um histórico acerca da internet, desde a sua criação até o seu desenvolvimento em termos mundiais. É destacado, nas transações eletrônicas, as partes e local de sua formação, bem como a problemática da lei aplicável no caso de conflito, no qual se tem como iniciativas para a sua regulamentação em termos internacionais a Lei Modelo UNCITRAL, e no âmbito interno analisar-se-ão o Código de Defesa do Consumidor (CDC), a Lei de Introdução ao Código Civil (LICC) e o Código Civil Brasileiro de 2002. |
| Augusto Amstalden Neto | João Miguel da Luz Rivero | Sonegação Fiscal: O mais difuso crime contra a ordem tributária | O presente trabalho tem por escopo a abordagem sobre o crime da Sonegação Fiscal em seu mais amplo contexto. Para tanto, fazem-se breves apontamentos antecedentes à abordagem principal, qual seja, a importância de condutas diversas do contribuinte à não inocorrência ao Crime de Sonegação Fiscal. |
| Augusto Wagner Assueiro | Manuela Cibim Kallajian Rabelo | A responsabilidade civil do corretor de imóveis | A presente monografia versa sobre o instituto da responsabilidade civil aplicada no exercício da profissão de corretor de imóveis. Para isso, se utiliza de um resgate histórico de tal profissão, a conceituação de responsabilidade civil, com seus pressupostos e espécies, bem como, a aplicabilidade do referido instituto frente ao Código do Consumidor. |
| Brigida Daniela dos Santos | Wladyr Benedicto Bueloni Júnior | Desapropriação, uma grave intervenção estatal em um direito fundamental que é a propriedade | Este trabalho tem por objetivo avaliar a evolução histórica da propriedade, até chegar ao cumprimento de sua função social. Visualizamos o sentido de Estado Democrático e a Administração Pública, através do poder de polícia que é uma de suas principais funções administrativas. E por fim, avaliamos as desapropriações que ocorreram em virtude dos megaeventos no Rio de Janeiro. |
| Bruna Aparecida Pollo Svazzatte | Sérgio de Oliveira Silva Júnior | A evolução da família, sua importância e novas modalidades reconhecidas pelo Direito | O desenvolvimento deste trabalho visa abordar as novas modalidades de famílias, sendo elas a monoparental, anaparental, pluriparental, eudemonista e as famílias formadas por casais do mesmo sexo. O trabalho tem como objetivo explorar os núcleos familiares demonstrando que todas tem como valorização um fator imprescindível: O AFETO. |
| Bruna Costa Chaves | José Luis Joveli | A redução da maioridade penal | A presente monografia teve como objetivo abordar o tema da redução da maioridade penal no Brasil, que vem sendo discutida através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/93, que visa reduzir de 18 para 16 a imputabilidade penal. Foi abordado ao longo do trabalho quais as barreiras materiais que impedem a redução, o que a sociedade internacional diz sobre o tema, e quais as teses de defesa da corrente favorável à redução e da corrente contra a redução da maioridade penal. |
| Camila Kochinski Trevisan | Sérgio de  Oliveira Silva Júnior | A relativização da coisa julgada | Este trabalho trata do instituto da coisa julgada e da possibilidade de relativização da coisa julgada material e da coisa julgada inconstitucional, pela ação rescisória. Para tanto, foi necessário um breve ensaio acerca do que seria propriamente o instituto da coisa julgada, suas funções e seus limites. Por fim, realizou-se um estudo comparando o CPC em vigor com o qual virá a ser utilizado no próximo ano. |
| Camila Marrafon Sanches | Eduardo Alberto Pinca | A Prisão em Flagrante e sua aplicação na Lei 12.403/11 | Uma das mais recentes alterações no Código de Processo Penal foi realizada com o advento da Lei nº 12.403/11. Dois dos principais artigos relativos à prisão em flagrante tiveram seus dispositivos alterados. Com isso, haverá o estudo específico da prisão em flagrante, dos artigos, da sua natureza jurídica e também dos princípios constitucionais relacionados. Demonstrando assim seus benefícios e/ou prejuízos para o ordenamento jurídico e para a sociedade. |
| Caroline Cristina Oliveira | José Luiz Joveli | Aborto | A presente monografia de conclusão de curso visa oferecer uma visão geral a respeito do aborto, suas modalidades, no ponto de vista dos grandes doutrinadores. Para se falar sobre aborto sendo necessário saber sobre o direito à vida. Este tema é de grande complexidade, pois no Brasil pouco ou quase nada se avançou. |
| Carine Aparecida de Santana | Nelson Paulo Rossi Junior | A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro | Sabendo-se que o nosso ordenamento jurídico é eivado de direitos indisponíveis e que há uma Instituição que protege esses direitos, o presente trabalho tem como objetivo, abordar o estudo do Ministério Público que é de extrema importância dentro da área do Processo Civil. |
| Carla Maielli | Thiago Chohfi | A Precariedade na Terceirização do Trabalho | O presente estudo dedica-se ao fenômeno da terceirização e a precariedade que emerge do mesmo, focando em conceituar as legislações específicas a este processo de contratação e as fontes externas que a justiça do trabalho recorre quando se depara com tal tipologia de atividade. Em suma, denota as opções para uma possível solução da problemática. |
| Carlos Alberto Baraldi e Silva | Gentil Borges Neto | Adoção internacional | No presente trabalho foi feito um estudo sobre a adoção, a adoção internacional e sobre os princípios que visam o melhor interesse das crianças e adolescentes. O objetivo do trabalho é o de mostrar a importância de se manter a criança em uma família, e na possibilidade da adoção internacional ajudar neste processo. |
| Carlos Henrique de Avila Santos | José Renato Martins | Crimes contra a ordem tributária: A necessidade do processo administrativo no crime de descaminho | Este trabalho foi preparado de forma a ajudar os leitores a entender um pouco mais sobre o processo tributário administrativo e a aplicação do processo administrativo no crime de descaminho. Para tanto, foram examinadas as disposições contidas sobre o assunto na Constituição Federal de 1988, no Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), nas leis ordinárias pertinentes e importantes para a matéria, e na doutrina |
| Carlos Henrique Ribeiro dos Santos | Rosa Maria Furoni | A aplicabilidade da tutela antecipatória nas ações de despejo | Tendo em vista a suma importância do instituto da tutela antecipatória em nosso ordenamento jurídico processual, positivado no Código de Processo Civil Brasileiro, que dispõe em seu artigo 273, estabelecendo os requisitos legais para sua concessão e sua aplicabilidade subsidiária em face as ações de conhecimento, especificamente, nas ações de despejo, fora das referidas hipóteses do despejo liminar, dispostas no artigo 59 da Lei do Inquilinato, os quais serão tratados dignamente neste trabalho |
| Carlos Eduardo Pacheco Tanaka | André Camargo Tozadori | As contradições da nova lei de embriaguez ao volante | A presente monografia, é um estudo aprofundado, sobre as alterações do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, as contradições do “caput” do artigo, com seu inciso I, bem como as divergências entre este mesmo artigo, com a Lei 11.705/08, conhecida popularmente como “lei seca”. |
| Daiane Stephanie dos Santos Garcia | Eduardo Alberto Pinca | Aborto nos casos de anencefalia conflito nos Direitos Fundamentais | A monografia tem como tema “O aborto nos casos de anencefalia – Conflito dos Direitos Fundamentais”.  Primeiramente conceitua aborto e anencefalia, em seguida aborda os aspectos jurídicos do aborto no Brasil assim como em outros ordenamentos jurídicos.  Apresenta os direitos fundamentais aparentemente em colisão, principalmente o direito à vida, à saúde e o fundamento da dignidade humana.  Por fim, analisa a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº54, trata da inexigibilidade de conduta diversa aparente nesses casos e o Anteprojeto do Código Penal. |
| Daniela Domingues Davanso | José Renato Martins | Eutanásia: entre a vida e a morte | O presente estudo tem como enfoque, tratar a respeito de um dos assuntos que tem gerado grandes polêmicas desde os tempos antigos e que vem se estendendo até os dias atuais: a Eutanásia, um tema que necessita de muita cautela antes de tomar qualquer decisão, pois, envolve um bem indisponível que é a vida. |
| Daniela Ferreira Belatto | Miguel Angelo Ciavareli Nogueira dos Santos | Penalização familiar na Lei 12.318/10 | O presente estudo tem como objetivo a análise da aplicação das medidas sancionais previstas na Lei 12.318/10, nos casos de Direito de Família mais especificamente na Alienação Parental, que se caracteriza pelo sofrimento psíquico da criança causada pelo detentor da guarda. |
| Danilo Gustavo de Moura | Cesar Mauricio Zanluchi | Desconsideração da personalidade Jurídica no Direito Tributário | O presente trabalho, a desconsideração da personalidade jurídica no direito tributário, tem como fundamentação discorrer detalhando o que é a personalidade jurídica e dando ênfase a origem do tema até os entendimentos atuais, demonstrando as responsabilidades que os agentes detentores de uma sociedade empresarial, responderá caso esta esteja utilizando deste privilégio do Estado para fins ilícitos, ou seja, eivado de fraudes. |
| Dênis Schiavinato | Paulo Affonso Leme Machado | Arborização urbana no município de Piracicaba com ênfase no Direito Ambiental período de 2.003 a 2.014 | A Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente – SEDEMA é o órgão do Poder Executivo Municipal de Piracicaba que trata das questões relativas ao ambiente. Nesse contexto, são registrados os benefícios ofertados pelas árvores, as ações desenvolvidas e os avanços obtidos pela Pasta no período de 2003 a 2014 e os instrumentos legais disponíveis para se efetivar ações na área ambiental, no que concerne à flora, como um recurso natural renovável, visando a melhoria da qualidade de vida, direito esse, fundamental ao homem. |
| Denise Galoni | Eduardo Alberto Pinca | O Homicídio Qualificado e o Homicídio Privilegiado no Tribunal do Júri nas hipóteses de crime motivado pela paixão | Este estudo tem por finalidade abordar os aspectos mais relevantes do homicídio qualificado e do homicídio privilegiado no Tribunal do Júri nas hipóteses de crime motivado pela paixão, valendo-se, para tanto, de estudos doutrinários e análise jurisprudencial do Tribunal de Justiça de São Paulo em relação as principais teses acusatórias e defensivas arguidas em Plenário. |
| Denner Padilha | João Miguel da Luz Rivero | Eutanásia e o Direito a Vida | O presente visa tratar o assunto diante da ótica contemporânea, observando a eutanásia e o direito à vida frente aos preceitos constitucionais, prós e contras, equiparando situações, expondo tratados, convenções, leis e jurisprudências que tratam do assunto, sem deixar de considerar a evolução histórica de nosso país, suas tendências e as necessidades inerentes ao ser humano, vindo por fim, a expor a conclusão/opinião deste formando. |
| Dielson Eli de Souza Ferreira | Gentil Borges Neto | Responsabilidade solidária do construtor e do incorporador | A presente monografia tem como escopo retratar a responsabilidade civil do construtor e incorporador, ressaltando, as responsabilidades e obrigações das construtoras e incorporadoras com relação às obras entregues pelas mesmas, o primeiro capitulo tratou da pontuar a responsabilidade civil. |
| Dirceu de Barros Silveira | Eduardo Alberto Pinca | Reflexões sobre o Conselho de sentença no novo Código de Processo Penal | Nosso objetivo neste estudo é refletir sobre o Conselho de Sentença, como parte integrante do Tribunal do Júri, enfatizando as modificações ocorridas com a Lei 11.689/08. Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica. Sua origem está em nossa participação na condição de jurado. Indagávamos se a forma como é hoje o Tribunal do Júri realmente atende aos seus propósitos e como é possível melhorar sem uma mudança radical na ruptura constitucional. |
| Douglas José Bueno | Nelson Paulo Rossi Júnior | Adoção da pessoa maior | O presente trabalho tem por objetivo a apresentação obrigatória para conclusão do curso de graduação em Direito na Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep. Trata-se de uma extensa pesquisa relacionada ao instituto da adoção da pessoa maior no sistema jurídico brasileiro, tal qual seu desenvolvimento histórico e suas ligações à socioafetividade parental. Do mais, o presente trabalho tem por objetivo sanar possíveis dúvidas com relação ao instituto da adoção da pessoa maior, de tal forma que todos dele possam entender. |
| Eduardo Vargas Manfrinato | Miguel A. C. Nogueira dos Santos | Crimes Sexuais Praticados Contra Vulnerável | O presente trabalho teve por objetivo o estudo dos crimes sexuais praticados contra vulnerável após a lei 12.015/09, os pontos positivos e negativos da citada lei e como as correntes jurisprudenciais e doutrinarias vêm tratando esta alteração, como também uma breve anotação história em relação ao crime de estupro. |
| Eliana Aparecida Deroldo Juz | Miguel A C Nogueira dos Santos | Direito ao silêncio no Ordenamento Jurídico Brasileiro | O presente trabalho tem o objetivo de analisar o direito ao silêncio no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, serão analisados o direito de punir do Estado, os princípios limitadores a tal direito. Em seguida, o objetivo é estudar a evolução da questão, bem como sua adaptação na atual legislação nacional, seja na Constituição Federal, seja no Código de Processo Penal. |
| Estela Cristina de Toledo Piza Rossi | Sérgio de Oliveira Silva Júnior | Erro Médico e Algumas Implicações Jurídicas | O presente Trabalho propõe um estudo envolvendo a responsabilidade civil do médico em relação ao erro médico no ordenamento jurídico brasileiro.  Para isso, serão abordados temas como a história, natureza, características, finalidade e todos os princípios inerentes à matéria.  Tem como objetivo mostrar e identificar a importância e a relevância da questão sobre o erro médico, e sua responsabilidade perante ao cliente. |
| Eva Claudia Pigozzo Cezar | Gentil Borges Neto | Alienação parental – aspectos e efetividade das medidas de proteção | Nota-se no contexto brasileiro que a alienação parental tem recebido destaque. Diante desse cenário, foi criada a Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010, a qual tem o objetivo de nortear operadores do direito e das demais áreas auxiliares, a identificar e estudar os melhores e mais objetivos meios de evitar, neutralizar e impedir a prática da alienação parental. No presente estudo observa-se a efetividade das medidas de proteção, e percebe-se que se está no caminho certo, apesar de faltar ainda estrutura para aplicabilidade da lei. |
| Fabiana Aparecida Tavares Guidolim | José Luiz Joveli | A importância do inquérito policial para o processo penal brasileiro | O presente trabalho visa demonstrar a importância do Inquérito Policial para o Processo Penal Brasileiro, como principal procedimento investigativo da policia judiciária, e mecanismo de apuração de crime que antecede a ação penal, trazendo uma reflexão sobre a Lei n° 12.830 de 2013, que trouxe importantes reflexos para o Inquérito Policial. |
| Fábio Elpídio de Oliveira | Renata Helena da Silva Bueno | Direito do Nascituro face ao início da personalidade jurídica | Esta monografia discorre sobre a proteção jurídica do nascituro em geral e suas especificidades abordando a evolução histórica do mesmo nas civilizações antigas e especialmente no ordenamento pátrio. |
| Felipe de Almeida | Renata Helena da Silva Bueno | Relação entre o direito subjetivo e os contratos | A monografia tem como tema “A relação entre o direito subjetivo e os contratos”.  Para traçar um paralelo entre ambos, primeiramente aborda-se os princípios e características do direito subjetivo, diferenciando-o do direito objetivo.  Quanto aos contratos, estudam-se seus princípios, funções e características (incluindo suas espécies) para que dessa forma seja possível relacioná-los com o direito subjetivo. |
| Felipe de Campos Mazzero | Wladyr Benedicto Bueloni Júnior | EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada | O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo o estudo critico do cenário empresarial após o advento da lei 12.441 de 11 de julho de 2011, que alterou e acrescentou novos dispositivos ao Código Civil, prevendo uma nova modalidade de pessoa jurídica, conhecida como EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, onde o empresário individual passou a ter o privilégio de responder de forma limitada no caso de sua empresa vir a contrair dividas ou até a eventual falência, “blindando” o patrimônio particular do mesmo, que até então não era possível. |
| Felipe de Moraes Carlet | Cesar Maurício Zanluchi | TRIBUTAÇÃO SOBRE SOFTWARES: conflito entre Estados e Municípios | O presente trabalho de conclusão de curso tem por escopo discorrer sobre o conflito de competência tributante entre os Estados e os Municípios a fim de abarcar em seus respectivos âmbitos de arrecadação as operações comerciais que versem sobre os softwares, apontando a posição o Supremo Tribunal Federal e da doutrina sobre o assunto. |
| Fernanda Bressan | André Camargo Tozadori | Aborto de Feto Anencéfalo diante das Garantias e Direitos Constitucionais | A presente monografia tem como objetivo analisar os conflitos fundamentais que decorrem da legalização do aborto de feto anencéfalo, por um lado o aborto considerado como crime e sua autorização em casos de anencefalia, como também os direitos da gestantes e do outro o direito fundamental à vida e da dignidade do feto portador de anencefalia. |
| Fernanda Ito Kawakami | Nelson Paulo Rossi Junior | Embargos de terceiros | Esse trabalho dispõe sobre o estudo dos embargos de terceiro, que são um tipo de ação colocada à disposição daquele que não é parte no processo, mas acaba tendo seus bens atingidos por atos de constrição judicial.  Através do mesmo, será exposto o conceito, aplicação, legitimidade, competência, e diversos outros detalhes que demonstrarão o aprofundamento na matéria em questão, bem como a sua importância no universo jurídico. |
| Fernando Beraldo Piccoli | Miguel A.C Nogueira dos Santos | Tráfico de drogas: Influência na criminalidade | O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a grande preocupação das pessoas em geral com o tráfico de drogas, tendo em vista o mal que esse crime tem trazido para as famílias e à população. O governo está pouco atuante no que tange ao usuário, possui uma legislação que prevê o acompanhamento, porém, nota-se a escassez de unidades com essa finalidade. |
| Fernando Felipe Gonçalves de Oliveira | Gentil Borges Neto | Exclusão do herdeiro indigno | A aprovação de projetos de lei que visam implementar a declaração de indignidade apenas com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, com a consequente exclusão da propositura de ação específica, ainda é tema de discussão entre juristas, contudo este trabalho teve como objetivo apoiar tais projetos de lei, demonstrando que se aprovados não limitarão o direito de defesa ao passo que o processo penal respeita todos os princípios constitucionais inerentes ao devido processo legal. |
| Francelise Renata da Silva | Renata Helena da Silva Bueno | Penhora on line: surgimento, aplicabilidade e a sua possibilidade (ou não) sobre conta salário | O presente trabalho terá o enfoque principal e final de analisar o surgimento e aplicabilidade da penhora on line e a sua possibilidade ou não sobre conta salário após pesquisas doutrinárias e análise jurisprudencial. Será feito menção desde o surgimento e aplicabilidade da penhora em geral, da penhora on line, do uso de conta salário, até chegar-se ao enfoque principal do tema com base em julgados. |
| Francisco Ercilio de Sousa Lima | José Renato Martins | Inimputabilidade e a Psicopatologia: a consciência do acusado em face do crime de homicídio | O presente trabalho aborda os agentes de crimes hediondos com possíveis distúrbios de personalidade, demonstrando as causas de diminuição da pena e de inimputabilidade do agente no Direito Penal Brasileiro, além de adentrar sob o ramo das psicopatologias e psicopatias, em que é de total importância na causa de excludente de ilicitude. |
| Gabrielle Salmeron Lorenzi | Jarbas Martins Barbosa de Barros | Usucapião no Direito Civil - Usucapião de imóvel urbano: Um modo originário ou derivado (a uma forma) de aquisição da propriedade? | A usucapião é debatida como modo originário ou modo derivado de aquisição de propriedade, e tem gerado grandes debates na doutrina e na jurisprudência. Entende-se que este instituto é uma modalidade de aquisição originária da propriedade ou de outro direito real sobre coisa alheia, consistente na posse ininterrupta, com intenção de dono, sem oposição e no decurso do prazo previsto no Código Civil. Já na aquisição derivada, ocorre o contrário. |
| Giseli Romualda Gomes da Silva | Yvens Santiago Marcondes | Os direitos previdenciários dos trabalhadores rurais | Essa monografia tem o objetivo de abordar o tema sobre os direitos previdenciários dos trabalhadores rurais. Para tanto, o tema foi abordado com o pano de fundo baseado no novo constitucionalismo, que guarda forte relação social com o direito e com a comunidade política como um todo. |
| Gislaine Aparecida Fernandes | Nelson Paulo Rossi Junior | Sentença e coisa julgada | Tema que tem o interesse em demonstrar o significado da palavra sentença, quais são os tipos de sentença (classificação), quais são os requisitos da sentença. Quais são os nomes das sentenças, quando o juiz concede a mais do que a parte pede, quando o juiz concede coisa diversa da requerida pelo autor ou quando o juiz concede a menos do que o autor requereu. |
| Guilherme Henrique Schrank | Gentil Borges Neto | Cédula de Produto Rural (CPR) – características, garantias e efetividade | Na presente monografia, realizou-se um estudo aprofundado da Cédula de Produto Rural como principal título de crédito do agronegócio brasileiro, analisando suas características, garantias vinculadas e sua efetividade nas negociações entre credor e emitente, considerando sua evolução e modernização, ocasionado pelo grande crescimento auferido pelo setor primário nas últimas décadas. |
| Guilherme Luiz Carvalho | Nelson Paulo Rossi Junior | Os princípios recursais no Direito Processual Civil | A presente monografia versa sobre os princípios recursais no Direito Processual Civil. O objetivo desse estudo é proporcionar uma visão ampla do controle jurisdicional que ele exerce sobre esse mecanismo evitando que decisões sejam recorridas sem necessidades, impede o acumulo de processos nos Tribunais Superiores e da segurança jurídica nas decisões emanadas pelos magistrados bem como ao Poder Judiciário. |
| Guilherme Santos Vidotto | Eduardo Alberto Pinca | O assistente de acusação à luz da Constituição Federal de 1.988 | Este estudo aborda a temática alusiva à figura do assistente de acusação à luz do que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1.988. Dando especial ênfase a não recepção desse instituto após a promulgação da referida Carta Política, buscando demonstrar que a possibilidade de habilitação de um advogado para atuar em conjunto com o órgão do Ministério Público deve ser expurgada do sistema processual penal brasileiro. |
| Hellen Cristina Gomes | Manuela Cibim Kallajiam Rabelo | Direito à manutenção do plano de saúde na condição de beneficiário para ex-empregados demitidos e aposentados | A saúde é um direito de todos e dever do Estado, conforme preceituado pela Constituição Federal de 1988. Mesmo a saúde sendo dever do Estado, não se trata de exclusividade do Poder Público, vez que a própria Constituição permite que a iniciativa privada preste assistência à saúde à população. A fim de regulamentar a assistência privada à saúde, foi editada, dentre outras, a Lei Federal nº. 9.656/98, que, em seus artigos 30 e 31, disciplinou o direito de permanência no plano de saúde ao empregado demitido ou aposentado nas mesmas condições quando da vigência do contrato de trabalho. |
| Ícaro Scanholato Bueno | André Camargo Tozadori | A Eficácia da Lei 11.340/2006 - (Lei Maria da Penha) | O presente trabalho, se objetiva, de maneira científica, crítica e sucinta, abordar a questão da violência cometida contra a mulher, bem como, a eficácia dos meios de prevenção e combate a está questão, bem como suas falhas, benefícios e efeitos ocasionados na sociedade, baseando-se na Lei 11.340/2006, conhecida também como Lei Maria da Penha. A violência doméstica, sobre tudo a violência contra a mulher tem tido grande destaque na mídia e nos meios jurídicos. Dessa forma, ao longo do trabalho, será possível se aprofundar na eficácia da Lei 11.340/2006 para a sociedade e principalmente as mulheres. Proporcionando assim a possibilidade de discussão a cerca da elaboração de melhorias na Lei e em sua forma de aplicação. |
| Isaac Fassio Cavalcante Cunha | Miguel Angelo Ciavareli Nogueira dos Santos | Redução da maioridade penal: “uma velha tese que se renova” | A redução da maioridade penal no Brasil é uma discussão que envolve os mais variados posicionamentos. Atualmente o Congresso Nacional tenta aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional sobre o tema e se conseguir, reduzirá a inimputabilidade penal dos dezoito para os dezesseis anos. Isso irá incidir diretamente contra o que prevê a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, além do que poderá ferir gravemente a doutrina da proteção integral, que é adotado pelo Brasil e por outros diversos países. Assim, este estudo busca estudar a questão de forma a mostrar os benefícios e os malefícios que esta alteração poderia causa na sociedade brasileira. |
| Kathleen Ribeiro Costa Carcani | Eduardo Alberto Pinca | Confissão feita na fase policial: uma análise da sua validade e da sua credibilidade | O presente trabalho trata-se de uma pesquisa abrangente sobre o tema “Confissão feita na fase policial: uma análise de sua validade e da sua credibilidade”, pesquisa essa acerca de sua história no ordenamento jurídico brasileiro, sua aplicação no Direito Processual Penal, seus requisitos, características, classificação, formas, e outros. |
| Kelly Monaco Coletti | Paulo Affonso Leme Machado | O direito indígena à terra e o STF: uma análise do caso Raposa Serra do Sol | O presente trabalho visa analisar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal quanto à questão das terras indígenas no Brasil, a partir do julgamento da Petição 3.388/RR que buscou a nulidade do procedimento demarcatório da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Para isso, foi feito estudo das legislações que regem a matéria e apontamentos sobre o procedimento demarcatório de terras indígenas no Brasil. |
| Jackeline Lívero Santos Silva | César Maurício Zanluchi | Cota de gêneros nas candidaturas políticas | A presente monografia visa explanar as cotas de gêneros nas candidaturas políticas como uma política afirmativa instituída em lei com o objetivo de mitigar a acentuada desigualdade entre homens e mulheres na política. As mulheres são a maioria da população e representam mais de 50% do eleitorado brasileiro, todavia, sua representatividade nos parlamentos é ínfima, chegando, com muito esforço a aproximadamente 10%. |
| Janaina de Oliveira Barreto | Wladyr Benedicto Buelone Junior | Danos Morais por Abandono Afetivo | O presente trabalho aborda a parte de dos danos morais aplicada no direito de família no aspecto de abandono afetivo pelo qual o menor sobre quando seus genitores o abandonam moral ou intelectualmente. Para isso, estudaremos as obrigações legais impostas aos pais perante os filhos. Ao final, mostraremos alguns entendimentos acerca deste tema, tanto doutrinário como jurisprudência. |
| Jaqueline Tatiane Pereira | Gessé Marques Junior | Contratos Administrativos: Cláusulas Exorbitantes | A presente monografia traz um estudo das cláusulas exorbitantes presentes nos contratos administrativos celebrados pela administração Pública, sob o regime de direito público, destacando a importância da existência e aplicação delas. |
| Jeferson Coelho Barbosa | Renata Helena da Silva Bueno | Família e a adoção de crianças por casais homoafetivos no ordenamento jurídico brasileiro | O presente estudo tem como objetivo a questão da família frente a adoção de crianças por casais homoafetivos no panorama judicial brasileiro, observando as composições do direito comparado, sempre buscando o melhor para o principal interessado, ou seja a criança e o adolescente. |
| Jeferson de Oliveira Silva | Yvens Santiago Marcondes | Direito Administrativo: O Limite do Uso e Abuso de Poder do Agente Público | Neste trabalho, será utilizado o método dedutivo e a revisão bibliográfica em doutrinas, revistas, jurisprudência, artigos, livros entre outros que abordem sobre o tema proposto. O método dedutivo origina-se da aplicação de princípios gerais e casos específicos. Por sua vez, a pesquisa bibliográfica é fundamentada nos conhecimentos de documentação e bibliografia, sendo que sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa. Propõe-se como problema a esta pesquisa, o seguinte questionamento: “O Limite do Uso e Abuso de Poder do Agente Público”. |
| Jennifer Francielly Ramos | Renata Helena da Silva Bueno | O direito constitucional de ir e vir e o interdito proibitório | O presente estudo tem como objetivo, analisar e delimitar o direito fundamental de livre locomoção em detrimento a um mecanismo que visa resguardar, bens imóveis, quando estes estiverem em risco eminente denominado Interdito Proibitório, discutindo a problemática ao encontrar situações em que ambos os direitos se chocam, buscando soluções e entendimentos para a solução de litígios tendo como base a análise de casos concretos. |
| Jéssica Silva Gobbo | Gentil Borges Neto | Penhora on line | Objetivo deste trabalho é identificar as normas vigentes no ordenamento jurídico brasileiro quanto às obrigações do devedor na execução pecuniária e de dar coisa, e os direitos do credor de ver sua pretensão concluída. Ademais, são também objetivos: A) Abordar sobre o conceito de penhora, B) Analisar o limite da penhora online no novo CPC, C) Verificar o caso se essa inovação não fere o principio da menor onerosidade do executado, previsto no artigo 620 do atual Código de Processo Civil. |
| João Paulo Sterzo Zambin | Eduardo Luis Leite Ferraz | Restrição de direitos nos estados de exceção Os Estados de Defesa e de Sitio | A Monografia em questão trata das condições excepcionais que um Estado pode enfrentar em situações de crise. Como pode ser legalmente implantada, suas restrições e consequências para a população e sociedade.  Será analisado o estado comum da sociedade, em seguida o Estado de Defesa e por ultimo o Estado de Sitio, finalizando assim o trabalho. |
| Juliana Corte Rizzolo | José Luiz Joveli | O adolescente infrator e as medidas socioeducativas | A presente dissertação trata primeiramente do conceito de criança e adolescente. Em segundo plano, da prática dos atos infracionais e das medidas socioeducativas aplicadas a quem os comete, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. |
| Juliana Santos Freitas | José Luiz Joveli | O homicídio nos crimes hediondos | O presente trabalho aborda o delito de homicídio, dentro do rol dos crimes hediondos. Foi realizada uma breve análise sobre cada um dos crimes previstos no rol taxativo da Lei nº. 8.072/1990, e seus equiparados, como a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo, porém, sempre com foco no tema principal do presente trabalho, o delito de homicídio. Além disso, aborda os aspectos penais e processuais penais da referida Lei, bem como a questão da liberdade provisória, o regime de cumprimento de pena, a suspensão condicional da pena privativa de liberdade e penas alternativas, possibilidade de apelação em liberdade e sobre a prisão temporária. |
| Juliete Aline Masiero | Gésse Marques Junior | A Desaposentação e sua Regulamentação | O presente trabalho inicialmente cita as principais características das aposentadorias: idade, invalidez, tempo de contribuição e especial. No segundo capítulo há doutrina e jurisprudência quanto a regulamentação da Desaposentação. E finalmente no terceiro capítulo, há algumas decisões do STF e STJ quanto ao tema da Desaposentação. |
| Julio Cesar Vitti Deliberali Queiroz | Rosa Maria Furoni | A proteção Jurídica do Software no Brasil | A presente pesquisa tem como objetivo evidenciar a importância da proteção jurídica ao software, visto que o mesmo exerce papel fundamental em nossa sociedade dominada pela tecnologia, sendo assim não poderia deixar de ser visto com atenção pela legislação vigente. |
| Laís Peruchi Granziolla | Gentil Borges Neto | O contrato de corretagem e a comissão imobiliária | Este trabalho teve como objetivo a abordagem do contrato de corretagem como instrumento para efetiva cobrança de valores no que tangem as intermediações de compra e vendas no campo imobiliário, inicialmente é tratado dos princípios que regem os contratos passando assim as especificações provenientes ao instrumento particular de corretagem, não podendo deixar de mencionar e qualificar o profissional da área, o corretor de imóveis, apor fim, apresenta os mais variados impasses envolvendo essa ferramenta nos dias de hoje. |
| Larissa Soares de Carvalho | Gentil Borges Neto | Nulidade das cláusulas abusivas dos contratos no âmbito do direito do consumidor | O presente trabalho vem analisar a proteção do consumidor contra as cláusulas abusivas e sua nulidade. O consumidor de forma geral, é a parte mais fraca da relação de consumo, para que não ocorra mais abusos analiso o equilibro da relação de consumo e o principio da boa-fé. Para que o consumidor fique a pé da igualdade com o fornecedor, compondo assim uma relação equilibrada, pois tem uma lei que os protege, se caracterizado abusos. |
| * + 1. Leonardo Henrique Gallego Biffi | José Luís Joveli | Tráfico de drogas e um caminho para ciminalidade | Este estudo procura demonstrar a influência que as drogas exercem sobre a criminalidade, tratando-se mais especificamente o conceito de drogas, apresentando seus principais tipos e os efeitos que ocorrem nos usuários, a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei 11.343/06, e ao final demonstra a equiparação do tráfico de drogas aos crimes hediondos. |
| Letícia Donadon Trotta | Eduardo Alberto Pinca | A Interceptação Telefônica na Fase da Investigação Criminal | Trata-se de uma pesquisa sobre a Interceptação Telefônica, como ela é realizada na fase da investigação criminal, presidida sempre pela Autoridade Policial por um procedimento denominado Inquérito Policial. Explica como a lei regulamentadora deve ser entendida nos tempos atuais, bem como o grande valor desse meio de prova, mesmo realizada nessa fase. |
| Lucas Aparecido Caires | Wilson Lavorenti | Lavagem de dinheiro, suas gerações e suas fases | A ideia do tema da monografia foi para tratarmos do crime da lavagem de dinheiro o entendimento dele e seus aspectos penais, no presente trabalho não queremos tratar dos aspectos processuais. Será tratado desde a história do início da lavagem de dinheiro, passando por suas evoluções, órgãos que os previnem, a diferença de como é tratado em alguns países, chegando aos aspectos penais. |
| Lucas dos Reis Cardoso | Miguel Angelo Ciavareli Nogueira dos Santos | A aplicabilidade do princípio da insignificância e seus precedentes | O presente projeto tem por escopo uma abordagem jurisprudencial acerca da aplicabilidade do princípio da insignificância pelos tribunais, bem como a importância deste para uma análise material da concepção de crime. Para isso o mesmo será analisado em um aspecto de instrumento de política criminal, o qual vem a desconsiderar a tipicidade das condutas que não ofendem de forma significativa os valores primários e fundamentais da sociedade. Ademais, mister se faz demonstrar que a desproporcionalidade na aplicação de sanções em crimes bagatelares leva o Direito Penal a sua própria degradação. |
| Lucas Oliveira | Yvens Santiago Marcondes | Lei. N.º 8.742/93 (LOAS) – Lei orgânica de assistência social e a inconstitucionalidade da sua renda per capta | O referido trabalho tem por objetivo abordar o critério da miserabilidade para fins de concessão do Benefício Assistencial no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988, e regulamentado pela Lei n.º 8.742 de 1993 (LOAS).  Tentará discutir e buscar argumentos a respeito da inclusão social dos cidadãos em atividades promovidas pelo Estado, visando dar assistência aos “hipossuficientes”. |
| Luciana de Angelis Vicentin | Nelson Paulo Rossi Junior | Considerações sobre a impenhorabilidade do bem de família | O trabalho enfoca o bem de família desde a sua origem no homestead americano e a sua inclusão no ordenamento jurídico brasileiro com a finalidade de dar proteção ao instituto familiar evitando o desabrigo.Abordou a impenhorabilidade no bem de família previsto na lei n. 8.009/90 e no Código Civil; e a visão do Superior Tribunal de Justiça. |
| Luciano Gomes Romeiro | Richard Paulro Pae Kim | A responsabilidade civil por perda de uma chance: das bases precursoras ao estudo dos danos intangíveis, do acaso e da probabilidade | O presente trabalho tem como objetivo identificar os avanços obtidos no campo da responsabilidade civil em decorrência da aplicação da teoria da perda de uma chance, abordando a chance perdida tanto como concausa – lançando mão da causalidade parcial – quanto como técnica de deslocamento da reparação: instrumento para contornar o problema da incerteza contrafatual. |
| Luis Catende Chingui | Sérgio de Oliveira Silva Júnior | O instituto da boa fé no Processo Civil | O presente trabalho tem como proposta a elaboração e apresentação de um estudo teórico sobre o instituto da Boa-Fé, buscando responder sobre sua aplicação principalmente no âmbito do Processo Civil Brasileiro.  Será adotado para a elaboração do pretendido, uma linha de raciocínio que para sua delimitação, se baseará em perguntas e respostas, a fim de construir caminho objetivo, para ao final responder se o referido Instituto da Boa-Fé é aplicável, no Processual Civil. |
| Luís Eduardo Schiavinato Junior | Paulo Affonso Leme Machado | A Corresponsabilidade dos Agentes Financeiros por Condutas Lesivas ao Meio Ambiente Cometidas pelos Tomadores de Crédito. | O objetivo deste estudo é demonstrar o modo pelo qual as instituições financeiras podem ser responsabilizadas por condutas lesivas ao meio ambiente cometidas pelos tomadores de seus créditos.  Serão analisadas as teorias de responsabilidade do ordenamento jurídico brasileiro, abordando os conceitos de responsabilidade objetiva e subjetiva. |
| Luiz Gustavo Arruda Silva | Renata Helena da Silva Bueno | Flexibilização da Coisa Julgada no Âmbito do Direito Ambiental | Na prática processual brasileira, as sentenças transitadas em julgado não podem ser impugnadas, salvo em casos excepcionais e assim mesmo a partir de um limite temporal determinado. Esta monografia analisa a possibilidade de flexibilização da coisa julgada no Direito Ambiental, de forma a cumprir os princípios constitucionais de proteção e alcance, de forma a alcançar não somente a justiça formal, mas material. |
| Manuela Bordieri Frota Salles | André Camargo Tozadori | Direito de morrer:  Métodos para renunciar ou prolongar a vida de tratamento na prática médica frente à Constituição Federal e o Código Penal Brasileiro. | A autonomia da vontade do paciente e o respeito ao princípio da dignidade humana é o escopo deste trabalho. Assim, será abordada a eutanásia, a ortotanásia, o suicídio assistido e a distanásia, frente à legislação brasileira, tal seja a Constituição da República Federativa, o Código Penal e o Código de Ética Médica, bem como jurisprudências recentes. |
| Marcelo Coelho Martins Pratt | Richard Pae Kim. | As medidas socioeducativas e as questões controvertidas sobre a sua progressão | O presente trabalho acadêmico tem como escopo principal apresentar a forma em que os adolescentes em conflito com a lei são responsabilizados, sujeitos à aplicação de medidas socioeducativas. Para maior compreensão sobre o tema, será exposto como se deu a evolução histórica da legislação infanto-juvenil mundial e brasileira. Adiante, versará sobre o ato infracional, apontando a diferenciação entre criança e adolescente para termos de responsabilização, demonstrando suas garantias individuais e processuais. E por fim, serão tratadas de forma minuciosa as características de todas as medidas socioeducativas. |
| Marcelo de Nardi Duran | André Camargo Tozadori | Aplicação dos princípios constitucionais no garantismo penal | A teoria do garantismo penal se baseia na aplicação e observação dos direitos e garantias fundamentais no momento de criação, aplicação e execução da lei penal, de modo que essa observe, sobretudo, o princípio da dignidade humana.  A atual legislação brasileira vem incorporando em vários dispositivos a teoria garantista, de modo que se observe os direitos fundamentais previsto em nossa Constituição Federal de 1988, o que já está ocasionando reflexões em nossa doutrina e jurisprudência. |
| Márcio Henrique de Souza Basso | Yvens Santiago Marcondes | A improbidade administrativa | A improbidade administrativa é uma prática desonesta, que denota mau-caráter e caminha contra a honradez, a boa fé, o bom caráter e a [lisura](http://www.significados.com.br/lisura/), no trato da coisa pública, podendo ser praticado por agente público ou terceiro com o auxílio deste, contra as entidades referidas no artigo 1º e § único, da lei 8.429/92, ferindo, por corolário, direta ou indiretamente, os princípios fundamentais da administração pública, quais sejam, princípio da legalidade, moralidade e probidade administrativa. |
| Marcos Paulo Conceição da Costa | André Camargo Tozadori | As medidas protetivas na Lei Maria da Penha | O presente trabalho tem por objetivo o estudo da violência doméstica familiar contra a mulher com base na Lei 11.340/2006. Tendo como foco estudar e compreender o seu procedimento, identificando o agressor, as medidas protetivas, entre outros recursos que possibilitam a solução ou a minimização do conflito no ambiente familiar. |
| Mariane da Silva Gobbo | Renata Helena da Silva Bueno | O casamento civil igualitário | O presente trabalho realiza um breve estudo sobre o casamento civil igualitário no Brasil. Não há a intenção de esgotar teorias a respeito do tema, mas tão somente demonstrar a realidade atual das uniões homoafetivas em nosso ordenamento jurídico, bem como da sua evolução até o presente momento. A tutela jurídica do casamento civil igualitário é fruto de um longo caminho percorrido pelo Direito de Família em nosso ordenamento jurídico. |
| Mariane Lima Schmidt | José Luiz Joveli | Estupro e suas modalidades em face da Lei 12.015/2009 | O presente trabalho irá tratar do Estupro e suas modalidades em face da Lei 12.015/2009. A redação referente ao Estupro (art. 213 do CP) e o Estupro de vulnerável (art.217-A), passou por diversas alterações com a vigência da supra citada Lei, bem como seus títulos. |
| Mariane Ribane | Wilson Lavorenti | Violência e Discriminação Contra a Mulher: Tratados Internacionais de Proteção e a Lei Maria da Penha | O presente trabalho tem como tema a violência e discriminação contra a mulher. Para tanto, analisará os Instrumentos Internacionais de Proteção que regulam este direito.  Em seguida, analisará o direito da mulher inserido no Ordenamento Jurídico Brasileiro, e por fim discorrerá sobre os aspectos particulares da Lei 11.340/2006. |
| Marlon Henrique Bueno | Gentil Borges Neto | Responsabilidade civil e liberdade de imprensa | O presente trabalho visa abordar sobre a liberdade de Imprensa e seu direito constitucionalmente garantido que, tendo em vista os direitos à liberdade de expressão, de informação e de manifestação do pensamento, diariamente entra em conflito com o princípio da dignidade da pessoa humana, resultando muitas vezes em abusos e distorções da realidade dos fatos, ocasionando grande lesão e pré-julgamento aos ofendidos, restando à parte lesada o devido direito à reparação. |
| Matheus Rodrigues Silva | Renata Helena da Silva Bueno | Alienação Parental na Pratica Forense | A partir de um assunto de grande dimensão no contexto jurídico do Brasil, nesta monografia consta uma pesquisa e análise do inicio do conceito de família desde seus primórdios utilizando-se do embasamento legal no Código Civil, até o critico momento em que estamos passando pela chamada Alienação Parental, na qual os principais e quase exclusivamente únicos que sofrem com este problema são os menores, perante a falta de observância do Judiciário perante este tema. |
| Mayara Aparecida Leoni | José Luiz Joveli | Crimes Hediondos e seus equiparados, estupro | O presente estudo tem como escopo buscar esclarecimentos acerca de um dos mais intrigantes e polêmicos temas inerentes ao exercício da jurisdição do Direito Penal, os crimes hediondos e seus equiparados. Vem dispor a importância da Lei 8.072/90, única forma de punição aos que praticam crimes hediondos no nosso país. A lei trata de uma forma mais severa delitos disposto em lei como hediondo. |
| Meiry Ane Agnese | José Luiz Gavião de Almeida | Levantamento e análise da legislação sobre adoção no Brasil | Este estudo pautar-se-á na Lei 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que concerne à adoção, a fim de realizar um levantamento da legislação referente à adoção no Brasil, investigando o que se modificou no país em relação ao tema, desde a vigência dessa lei, considerando as legislações que a precederam e a Lei n. 12.010/2009, que a alterou, promovendo a análise dos avanços alcançados e do que se tem ainda por percorrer no caminho da eficiência nos processos de adoção. |
| Melina Capotosto Valério Barbosa | Renata Helena da Silva Bueno | O direito dos animais diante do entretenimento humano e outras manifestações culturais | A presente monografia tem como objetivo o estudo da situação jurídica dos animais no ordenamento jurídico brasileiro. Busca mostrar o atual enquadramento das outras espécies na legislação nacional e como são vistas e tratadas pela sociedade, bem como analisar todos os problemas e soluções decorrentes desse atual panorama, por meio de exemplos, dados e informações científicas. Por fim, apresenta as conclusões obtidas. |
| Michele Carolina Furoni | Eduardo Alberto Pinca | Crimes de tortura | A presente monografia abordará como tema O Crime de Tortura, discorrendo sobre a pena-tortura, os modos e instrumentos de tortura utilizados ao longo dos tempos; falará ainda sobre a tortura no Estatuto da Criança e Adolescente; da tortura como castigo e maus-tratos relacionados com a tortura. Discorrerá também sobre a prática da tortura no artigo 5º e diversos incisos e Lei da Tortura nº 9.455/97. |
| Milena Biazio | Thiago Chohfi | Domésticos – Dignidade e isonomia | A presente monografia tem como objetivo demostrar as disparidades legislativas que existem entre o empregado doméstico e os demais trabalhadores que são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e pela própria Constituição Federal de 1988. Nesse aspecto, foi também estudada a evolução dos direitos aos empregados domésticos conforme a Emenda Constitucional 72/2013, intitulada como “PEC das Domésticas” e os dois principais princípios norteadores das relações entre os seres humanos, seja no aspecto trabalhista ou em qualquer outro. |
| Miriele Leticer Lopes | José Luiz Joveli | Infecção hospitalar e responsabilidade civil do hospital privado sobre os serviços extramédicos | Responsabilidade civil é a definição empregada para designar a obrigação de reparar ou de ressarcir o dano causado a outros, tendo em vista a proteção do particular e de seu patrimônio, material ou moral. A pesquisa em que este estudo foi direcionado pautou-se na natureza jurídica da responsabilidade entre pacientes e hospitais, em que se pese a obrigatoriedade dos hospitais em primar pela segurança de seus pacientes, adotando todas as medidas cabíveis para assegurar a integridade física destes, sendo considerada mais especificamente a questão da infecção hospitalar. |
| Murilo Zena Crespo | André Camargo Tozadori | O Ordenamento Jurídico Brasileiro, a liberdade provisória, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e o tráfico de drogas | O ordenamento jurídico brasileiro diverge significativamente quando se trata da substituição das penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito ou quanto a aplicação da liberdade provisória aos crimes tipificados na Lei Federal n. 11.343/2006. |
| Natalia Caroline Ferreira | Renata Helena da Silva Bueno | Contrato de “gaveta” – sua validade ou não no nosso sistema jurídico à luz da jurisprudência | A presente monografia trata do contrato de “gaveta”, sua validade ou não no sistema jurídico, com fundamentações e citações jurisprudenciais. No primeiro capítulo será feito menção geral dos contratos, descrevendo seu conceito, evolução histórica, os princípios, as espécies de contrato, a denominação dos contratos, os efeitos gerais perante terceiros, e ainda, a validade dos contratos no nosso sistema jurídico à luz da jurisprudência. |
| Natália Chagas Pantojo | André Camargo Tozadori | Ressocialização do preso: falência do sistema prisional brasileiro | O presente trabalho trata do sistema prisional como um todo, analisando desde os primórdios quando o conceito de pena surgiu, bem como a maneira como se estabeleceu em nossa sociedade e como vem sendo tratada no Brasil. Discorre sobre os direitos dos reclusos, presentes tanto na Lei de Execução Penal, como na Constituição Federativa do Brasil e nos demais diplomas penais, pontuando os aspectos que todo preso possui e as características do encarceramento no país. |
| Natalia Dias Nogared | José Luiz Joveli | A prova ilícita no Processo Penal | O presente trabalho abordará o tema relativo às provas ilícitas no processo penal. Serão estudados os conceitos mais fundamentais para a compreensão do tema, e será feita uma análise a respeito da busca pela verdade real dentro do processo penal e suas implicações, bem como, abordará como este tema tem sido tratado pelo nosso ordenamento jurídico atualmente. Estudará os sistemas de avaliação da prova, que será fundamental para a compreensão histórica do tema. |
| Nathália Magnani Gonçalves | Gentil Borges Neto | A Teoria da desconsideração inversa da personalidade jurídica e sua aplicação face ao novo código de processo civil | O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a aplicabilidade da teoria da desconsideração da personalidade jurídica em sua forma inversa bem como as principais alterações trazidas pelo novo código de processo civil. Cumpre ressaltar que o presente trabalho não objetiva esgotar ou exaurir a questão, tendo em vista a riqueza doutrinária e jurisprudencial que a desconsideração guarda em si mesma. O escopo aqui é apenas o de ressaltar algumas questões e deixar reflexões sobre questionamentos relevantes. |
| Nayara Giroto Mendes | Thiago Chohfi | Trabalho escravo rural contemporâneo no Brasil | A presente monografia procura responder à seguinte indagação: Ainda existe trabalho escravo rural no Brasil nos dias de hoje? A resposta é sim. O trabalho traz conceitos sobre o tema, bem como uma linha de evolução histórica da escravidão antiga até os dias atuais, traçando um perfil dos atores envolvidos na prática e apontando os esforços envolvidos para combatê-la. |
| Neli Maroun Leone | Nelson Paulo  Rossi Junior | Considerações sobre o Mandato no Direito Civil | O mandato é um contrato pelo qual alguém deposita confiança em alguém, para que este o represente e responda em seu nome, na sua ausência para determinado atos e negócios.  O mandatário por sua vez, deverá assumir o cargo com extrema responsabilidade, cordialidade e clareza no mandato ao qual foi lhe conferido.  Havendo vários tipos e necessidades para a utilização do mandato. |
| Nilton Batista | Wladyr Benedicto Bueloni Jr | O Direito Virtual | Sem a pretensão de esgotar o tema, o presente trabalho expõe, de forma simplificada, a história da internet, sua origem, seus efeitos no tempo, as formas de aplicação no âmbito jurídico, seja no aspecto Civil, Tributário ou Penal. A Internet no meio de comunicação, suas influência nas redes sociais, trazendo à tona a responsabilidade dos usuários e provedores. Dispõe também sobre os efeitos, antes e após a aprovação da Lei 12.965/14, o Marco Civil da Internet, sancionada no dia 23 de abril de 2014. |
| Nilton Carlos Thomaz de Lima Junior | Gentil Borges Neto | A arbitragem: considerações sobre a lei nº 9.307/1996 | A presente monografia traz de forma sintética, cada ponto do instituto arbitral, qual desde a promulgação da Lei n° 9.307/96 é a técnica mais utilizada para resolução de litígios fora do Judiciário, bem como as principais alterações trazidas pelo novo Código de Processo Civil. Cumpre ressaltar que o presente trabalho não objetiva esgotar ou exaurir o tema abordado, tendo em vista a riqueza doutrinária e jurisprudencial acerca do mesmo. |
| Odair José Souto | César Maurício Zanluchi | Guerra fiscal e reforma tributária no âmbito do ICMS | Este trabalho foi motivado pela necessidade de se analisar os incentivos fiscais e a reforma tributária sob o ponto de vista da Guerra Fiscal, demonstrando a necessidade de modernizar a tributação do ICMS no Brasil. A ineficácia das medidas inibitórias das práticas de guerra fiscal no país refletem tal necessidade. |
| Pâmela Bispo da Silva | Renata Helena da Silva Bueno | Responsabilidade civil por abandono afetivo | O abandono afetivo define-se como o abandono moral praticado pelos pais, ou seja, quando os pais quebram um dos deveres inerentes à paternidade e afasta o filho da sua convivência, fazendo com que este sofra dor psíquica intensamente, comprometendo o desenvolvimento de sua personalidade de forma plena. |
| Pamella Galvani Bulbov | José Luiz Joveli | Da criminalidade ao longo do tempo à questão carcerária brasileira | Com o tema: “Da criminalidade ao longo do tempo à questão carcerária brasileira”, pretende-se ilustrar a trajetória da criminalidade e suas causas, através da compreensão de suas raízes e fatores de aumento até chegarmos ao panorama do sistema penitenciário brasileiro caótico no século XXI. Verificar-se-á a função da pena e do sistema penitenciário, abordando sumariamente sua organização e os tipos de estabelecimentos prisionais, também qual o sistema considerado mais adequado ao Brasil. |
| Patrícia Helena Eckert | Wilson Lavorenti | Violência e discriminação contra a mulher | Este trabalho apresenta uma visão panorâmica, mas não superficial, da situação da mulher na legislação brasileira desde as Ordenações Filipinas até a Lei 11.340/06. Além disso, apresenta a mulher na legislação alemã e discute a igualdade de gêneros, o direito da mulher e a violência contra a mulher. |
| Patrícia Strazzacapa | Gentil Borges Neto | Um novo modelo de responsabilidade parental: Guarda Compartilhada | O presente trabalho monográfico tem por escopo a abordagem do instituto da guarda compartilhada no ordenamento jurídico, demonstrando suas nuances e relevância para o Direito, com enfoque legal, doutrinário e jurisprudencial, preservando o poder familiar, e o principio do melhor interesse da criança e o adolescente. |
| Paulo César Aoyagui | José Antonio Remedio | O pregão como modalidade licitatória: reflexões a respeito da simplificação e eficiência do procedimento | O trabalho analisa o Pregão, modalidade de licitação prevista na Lei n.º 10.520/02 e utilizada pela Administração Pública na aquisição de bens e/ou serviços comuns. Em especial, o estudo apresenta a simplificação e a eficiência do procedimento, as quais contribuem para a realização maior da licitação, que é a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e para o interesse público objetivando a celebração do contrato administrativo. |
| Pedro Forkert de Moraes Leme | André Camargo Tozadori | Liberdade provisória por pobreza após a lei 12.403/2011 | A presente dissertação discorre sobre o tema da liberdade provisória sem fiança, quando a pessoa menos favorecida não tem condições de pagá-la. Relacionamos o tema com os princípios basilares da constituição federal, tais como o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio da proporcionalidade (homogeneidade), o princípio da presunção da inocência e especialmente com o pricípio da igualdade (isonomia). E ao final discorremos sobre as medidas cautelares incluídas pela lei 12.403/11, destacando ser a fiança também uma medida cautelar. |
| Pedro Henrique Lombardo e Silva | Mirta Gladys Lerena Manzo de Misailidis | Direitos Fundamentais da Empregada Doméstica | Na pesquisa realizada iremos analisar os direitos fundamentais da empregada doméstica, novos direitos que foram ratificados pelo Brasil. No Brasil o trabalhador doméstico foi muito esquecido em relação de seus direitos, um trabalho muito comum com muita história e luta para serem contadas, o trabalho doméstico veio como herança na época da escravidão, homens mulheres e até mesmo crianças eram subordinadas a trabalhos degradantes e desumanos. |
| Pedro Sales de Barros | André Camargo Tozadori | Egressos do sistema prisional | O objetivo deste trabalho é demonstrar a necessidade de que o Estado e a Sociedade encarem a cruel realidade em que vive o Egresso do sistema prisional. A lei de execução vigente no Brasil é uma das melhores no mundo, porém, na prática não passa de ficção, ou seja, não funciona como deveria. Claro está que, enquanto não assistirmos aqueles que deixam a prisão, a reincidência tende a aumentar, e paralelo a ela a criminalidade que atormenta a maioria das famílias brasileiras e a sociedade como um todo. |
| Rafaela Maniero Beloti | André Camargo Tozadori | Posse de drogas com o advento da Lei nº 11.343/06 | Realizar um estudo aprofundado sobre o artigo 28 da Lei 11.343/2006, o qual instituiu o Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. O principal objetivo é analisar o novo enfoque que este Diploma Legal forneceu ao consumo de drogas e ao usuário. |
| Raíssa Rosa de Oliveira | José Luiz Joveli | Sistema penitenciário brasileiro | Desde que o ser humano vive em sociedade, se faz necessária a existência de regras que regulem as relações e condutas individuais, bem como a existência de um poder de fiscalização e controle. Porém atualmente tais regras são ineficazes. Dessa forma, tendo como foco a ressocialização do condenado, analisa-se o Sistema Penitenciário sob os aspectos práticos e teóricos, objetivando uma maior compreensão de suas falhas e possível correção. |
| Rangel Fagner de Moraes | Thiago Chohfi | A efetividade da arbitragem como forma de solução de conflitos no Direito do Trabalho | Este trabalho tem por objetivo demonstrar a efetividade da arbitragem como forma de solução de conflitos no Direito do Trabalho. |
| Raphael Gimenes | Gentil Borges Neto | Responsabilidade civil e o corretor de imóveis | O Presente trabalho traz a discussão a responsabilidade e o papel do Corretor de Imóveis à luz do Código Civil e a garantia dos direitos das partes envolvidas nas negociações intermediadas pelo profissional, tendo por parâmetro o Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade civil está ou deve estar presente nas ações dos profissionais intermediadores de negócio mercantil imobiliário, seja na compra e venda ou na locação. |
| Reginaldo Barbosa de Souza | Manuela Cibim Kallajian Rabelo | A responsabilidade civil dos bancos nas fraudes pela internet | A presente monografia jurídica, tem por finalidade fazer uma análise da responsabilidade civil dos bancos nos casos de fraudes pela internet. Estudando a história da responsabilidade civil, passando por suas transformações ao decorrer do tempo até os dias de hoje. Sua origem, seus pressupostos, qualificação, requisitos e excludentes.  Analisando ainda a relação entre responsabilidade civil e o código de defesa do consumidor, bem como sua aplicação frente a lei que estabeleceu o chamado marco civil da internet.  Falando das fraudes virtuais e a responsabilidade civil dos bancos nestes casos. |
| Renan Matheus Stoco | Wladyr Benedicto Bueloni Junior | Usucapião familiar: natureza jurídica, seus requisitos e aspectos sociais | A usucapião é um dos modos de aquisição da propriedade previstos no Código Civil, pois prestigia o possuidor através de uma posse mansa e pacífica e ininterrupta, no qual a propriedade ociosa e descuidada passa a desenvolver sua função social, conforme revisão constitucional. Contudo dentre todas as modalidades de usucapião, será estudada a espécie familiar (prevista na lei 12.424/11 e art. 1240-A), que trata do abandono de um dos cônjuge/companheiros do lar conjugal, cabendo ao que permanecer no imóvel o direito de usucapir o em, pela não contribuição da manutenção do bem, da saída imotivada e pelo prazo de dois anos ininterruptos. |
| Renata Leal Hamada | Thiago Chohfi | Aspectos jurídicos dos trabalhadores in company e home office dentro da nova dinâmica empresarial. | Diante da nova perspectiva de home office, este artigo visa analisar as considerações jurídicas acerca do trabalho à distância em comparação com aquele prestado de dentro do sítio empresarial, expor os benefícios dessa prática para os sujeitos do Direito do Trabalho e elencar brevemente os desafios legislativos e corporativos que o home office enfrenta atualmente. |
| Ricardo Vendramin | Gentil Borges Neto | Responsabilidade civil do médico face ao erro médico | O presente trabalho dissertará sobre a responsabilidade civil do médico em face ao erro médico. Inicialmente, será abordada a responsabilidade civil desde a sua evolução histórica, conceito, pressupostos, espécies e causas de sua exclusão. O segundo capítulo tratará da responsabilidade civil face ao erro médico, onde dissertarei sobre essa problemática que vem aumentando consideravelmente. |
| Rodrigo Conduta Basso | Jorge Luis Mialhe | A Atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados na Guerra Civil da Síria: Aspectos de Direito Internacional Humanitário | O presente trabalho possui como objeto de estudo a atuação da agência da ONU para refugiados na guerra civil da Síria. A primavera árabe foi um divisor de águas em alguns países do Oriente Médio e norte da África. O povo mostrou seu poder, provocando profundas modificações governamentais, derrubando tiranos que há décadas exerciam o poder de maneira opressora e irresponsável. |
| Roseley Antonia Rodrigues Padilha | Renata Helena da Silva Bueno | A logística reversa e meio ambiente | O objetivo deste estudo foi abordar a logística reversa no combate aos danos provocados ao meio ambiente. Assim, procurou tecer considerações a respeito da responsabilidade civil por dano ambiental e do desenvolvimento sustentável; comentar sobre a lei de crimes ambientais; abordar a obrigação de reparar o dano; aprofundar as questões que envolvem o crescimento populacional e a degradação ambiental |
| Sergio Emilio Zanni Junior | Eduardo Alberto Pinca | Prisões Cautelares Em Contrapartida Com o Princípio da Presunção de Inocência | A presente monografia teve como objetivo, estudar o confronto entre o princípio da presunção de inocência previsto na Carata Magna de 1988 e as espécies de prisões cautelares existentes no ordenamento jurídico processual penal (Código de Processo Penal/ Decreto-Lei nº 3.689/1941 e Lei 7.960/ 1989).  O Princípio da Presunção de Inocência (artigo 5º, inciso LVII, da CF) foi uma inovação implantada no ordenamento jurídico brasileiro, advinda da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. |
| Stephanie Rodrigues Amaral de Moura | Renata Helena da Silva Bueno | Adoção por casais homoafetivos na legislação brasileira | Com a mudança nas leis brasileiras, o Código Civil precisou se adaptar, e as famílias obtiveram uma nova forma. Sendo assim, houve o surgimento de novos tipos de família na sociedade a qual fazemos parte, tornando-se possível a adoção por casais homoafetivos que através das mudanças na legislação passou a ser uma realidade em nosso país. |
| Taíza Spaulonci Rett | Manuela Cibim Kallajian Rabelo | A tutela antecipada no Direito Processual Penal | O presente trabalho tratará do tema A tutela Antecipada no Processo Civil, analisando todas as facetas do tema inseridas em ensinamentos doutrinários e determinações legais.  Cuidará, ainda, de trazer à tona reiteradas discussões sobre o tema, mas que não perderam sua grande aplicabilidade e importância. |
| Thais Fernanda Modenesi | José Luiz Gavião de Almeida | Teoria da aparência | O presente estudo visa conceituar a teoria da aparência e demonstrar algumas posições jurisprudenciais acerca de sua aplicação. Para entendermos tais pontos é de suma importância explicarmos a boa-fé, princípio fundamental para a aplicação da teoria da aparência, vez que visa à proteção do terceiro de boa-fé que foi induzido ao erro por situações que aparentemente correspondiam à realidade. |
| Thalita Chiaranda de Toledo Piza | Renata Helena da Silva Bueno | Liberdade de Expressão no Ordenamento Jurídico Brasileiro | O presente estudo versa sobre liberdade de expressão, sendo direito natural de cada um, tratando assim de sua abrangência e seus limites. Discorrendo desde os primórdios da história humana, como também a evolução legislativa, tratando-se da matéria nacional como também internacional, sendo um direito discutido e protegido por ambos. |
| Thauana Miori Schiavom | André Camargo Tozadori | Medidas de segurança | O presente trabalho monográfico discorre acerca do tema medidas de segurança, aplicada no nosso país. Assim, inicia-se com uma singela consideração histórica sobre a evolução da medida de segurança, adentrando posteriormente no instituto esclarecendo sua finalidade e fundamentos, expondo suas espécies e dando ênfase na problematização do prazo de duração, uma vez que se trata de tempo indeterminado, tendo a primeira perícia médica para constatação da cessação da periculosidade somente após um prazo mínimo, variável entre um e três anos. |
| Thiago Matheus Dechen Vanali | Wladyr Benedicto Bueloni Junior | Contratos eletrônicos e sua validade jurídica | O presente trabalho discorrerá sobre os contratos eletrônicos e sua validade jurídica, onde será analisada a teoria geral dos contratos identificando informações inerentes ao tema, bem como será apresentada considerações acerca da internet e por fim o estudo dos contratos eletrônicos e a sua validade jurídica onde será discutido o tema da presente monografia. |
| Thiago Zaratim da Silva | Eduardo Alberto Pinca | Prisão preventiva no Ordenamento Jurídico Brasileiro | A presente monografia abordará o instituto da prisão preventiva em nosso ordenamento jurídico brasileiro, trazendo elementos que expliquem seus pressupostos, fundamentações. Consequentemente, mostrará como nossas cortes superiores posicionam-se em relação ao referido instituto. |
| Túlio Rodolfo Angelocci Filho | Miguel Ângelo Ciavarelli Nogueira dos Santos | Redução da maioridade penal no Brasil | O tema em estudo no presente trabalho monográfico tem como objetivo levantar a polêmica gerada em torno da redução da maioridade penal no Brasil, fazendo com que o leitor reflita acerca dos prós e contras que permeiam a referida matéria.  O estudo foi realizado através de pesquisa em doutrinas, leis, publicações, inclusive de internet, agregando a opinião de juristas renomados sobre o tema. |
| Valdemiro Barbosa de Oliveira Neto | José Luiz Joveli | Embriaguez ao volante: imputabilidade | O presente estudo tem por objetivo analisar o instituto da Imputabilidade Penal sob vários de seus aspectos, cuidando, assim, de revisar e apreender as questões doutrinárias e legais que o informam, sob o mote de compreender o fenômeno social da embriaguez ao volante a vitimar indivíduos no Brasil, com ênfase na embriaguez por ingestão de bebida alcoólica. |
| Vinícius Gonçalves Borges | André Camargo Tozadori | A teoria do direito penal do inimigo | O presente trabalho acadêmico tem por escopo realizar uma análise da Teoria do Direito Penal do inimigo, lapidada por Jakobs. Para tanto foi realizada inicialmente uma análise acerca de seu contexto histórico, bem como suas principais características. Posteriormente, buscou-se demonstrar a problemática em se adotar um Direito Penal do Autor e a compatibilização com um Estado Democrático de Direito. Por fim, os reflexos da teoria de Jakobs no ordenamento jurídico. |
| Vitória Galete Gomes | Eduardo Alberto Pinca | A realidade do sistema prisional brasileiro: a não ressocialização do condenado | O presente trabalho procura trazer à luz a realidade do Sistema Prisional Brasileiro, no qual inexiste a ressocilização dos condenados, uma vez que não há a aplicação da Lei de Execução Penal, principalmente no que tange os direitos desses. Assim, o levantamento de algumas questões é necessário, a fim de que os Órgãos competentes percebam que o atual Sistema necessita de melhorias urgentes. |
| Willian Augusto Mazaro Guimarães | Jarbas Martins Barbosa  de Barros | Analisando o registro de imóveis no Brasil – fontes, princípios e estruturação | O registro de imóveis no Brasil teve seu início a partir de necessidades diversas a que se destina atualmente. Nosso sistema registral é um dos mais seguros e bem vistos de todo o mundo. Esta serventia extrajudicial é tão importante quando a própria esfera judicial completa, pois garante, assegura e resguarda os direitos da propriedade imobiliária à quem de direito. Ora, se não houvesse em nosso sistema tal registro, como assegurar que certa propriedade pertence à determinada pessoa? Seja ela física ou jurídica. |
| Yan Corrêa Bueno | Jorge Luís Mialhe | Um estudo sobre o julgamento do Japão pela Corte Internacional de Justiça no caso da caça às baleias na Antártida. | O presente trabalho visa analisar a decisão da Corte Internacional de Justiça no julgamento do Caso Pesca de Baleias na Antártida, apresentado pela a Australia em face do Japão, com a Nova Zelândia intervindo. |
| Yasmin Luciano da Silva | André Camargo  Tozadori | Tribunal do júri: a influência da mídia no ânimo dos jurados | A presente monografia tem por objetivo demonstrar a influência da mídia no tribunal do júri, sobretudo, no ânimo dos jurados que, em tese, deveriam julgar com imparcialidade, sem quaisquer influências dos meios midiáticos. Desta forma, necessário se faz uma breve explanação acerca de tal instituto, conhecendo seu funcionamento, para então tratarmos da mídia e, por derradeiro, analisarmos alguns julgamentos que tiveram grande repercussão nas decisões do Tribunal do Júri. |